

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

CNPJ: 32.324.875/0001-35

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Mensagem da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12

Tatuí - SP, 13 de maio de 2026

Aos acionistas da

ONE7 SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **ONE7 SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 26 de outubro de 2018 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objeto social a securitização de créditos e ativos empresariais (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE nº 6492-1/00)

Conforme descrito no estatuto social, após a apuração de resultado, será constituída a reserva legal, ocorrendo em seguida a deliberação em assembleia a respeito da destinação dos lucros, no último exercício houve prejuízo, não ocorrendo assim a constituição de reservas ou distribuição de lucros.

Atenciosamente,

ONE7 SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S/A

Diretor Presidente
João Paulo Boneder Fiuza

Diretor sem designação específica
Everaldo Moreira



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Tatuí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014428/O-6



Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.508.384	11.549.957
Direitos creditórios a receber	8	231.147.141	165.089.291
Perdas de crédito esperadas	8 e 5.1	(49.900.206)	(38.101.494)
Tributos a recuperar	10	2.262.779	211.123
Mútuos partes relacionadas	32.a	4.946.219	8.308.057
Debêntures a receber - intercompany	9	-	14.470.238
Contas a receber partes relacionadas	32.b	350.192	151.333
Outros créditos	11	424.690	457.565
Total do ativo circulante		199.739.199	162.136.070
Ativo não circulante			
Direitos creditórios a receber	8	15.151.415	4.327.424
Debêntures a Receber Intercompany	9	15.259.309	-
Mútuos partes relacionadas	32.a	3.196.950	-
Debêntures a Receber	9	8.217.160	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	26.615.774	28.271.354
Outros créditos	11	30.000	196.637
Outros valores	13	1.176.697	2.868.599
Investimento em cotas de Fundo	12	83.726.391	90.386.071
Imobilizado	15	1.060.036	1.334.978
Ativo de direito de uso	16	920.364	855.822
Total do ativo não circulante		155.354.096	128.240.884
Total do ativo		355.093.295	290.376.954

	Notas	2025	2024
Passivo			
Passivo circulante			
Debêntures	21	44.319.412	47.091.079
Empréstimos	17	14.000.003	-
Fornecedores		73.070	30.468
Obrigações tributárias	18	400.769	839.641
Obrigações sociais e trabalhistas	19	561.259	1.673.898
Passivo de arrendamentos	16	430.963	486.947
Contas a pagar com partes relacionadas	32.b	191.794	-
Outras obrigações	20	2.582.825	2.629.686
Total do passivo circulante		62.560.095	52.751.719
Passivo não circulante			
Debêntures	21	273.310.130	227.751.531
Passivo de arrendamentos	16	655.455	509.633
Total do passivo não circulante		273.965.585	228.261.164
Patrimônio Líquido			
Capital social	22.a	60.050.000	60.050.000
Prejuízos acumulados	22.b	(41.482.385)	(50.685.930)
Resultado do exercício		-	-
Total do patrimônio líquido		18.567.615	9.364.070
Total do passivo e patrimônio líquido		355.093.295	290.376.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Demonstrações de resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

One7 Securitizadora

	Notas	2025	2024
Receita de juros	23	58.624.890	37.604.735
Receita de tarifa	23	1.533.805	-
Despesa de juros	23	(48.074.003)	(27.934.833)
Resultado líquido de juros		12.084.692	9.669.902
Receita de serviços	23	1.594.226	1.861.221
(-) Custo serviços prestados	24	(3.341.236)	(3.257.631)
Resultado líquido de serviços		(1.747.010)	(1.396.410)
Resultado de aplicações financeiras	25	2.175.666	1.365.852
Resultado com investimento	26	28.340.320	30.225.929
Outras receitas	25	56.250	71.568
Lucro operacional		40.909.918	39.936.841
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	28	(10.462.830)	(10.421.596)
Despesas de pessoal	27	(4.195.171)	(6.572.908)
Perdas com direitos creditórios	8 e 5.1	(11.798.712)	(6.966.185)
Depreciação	15/16	(575.471)	(573.692)
Outras receitas/despesas	29	573.890	(53.082)
Total de despesas		(26.458.294)	(24.587.462)
Resultado antes dos impostos		14.451.624	15.349.379
Imposto de renda diferido	30	(1.217.338)	(1.877.679)
Contribuição Social diferida	30	(438.242)	(675.965)
Imposto de renda corrente	30	(2.617.377)	(2.805.955)
Contribuição Social corrente	30	(975.123)	(1.018.784)
Total imposto de renda e contribuição social		(5.248.080)	(6.378.383)
Resultado do exercício		9.203.544	8.970.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado do exercício	<u>9.203.544</u>	<u>8.970.997</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>9.203.544</u>	<u>8.970.997</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22	<u>50.050.000</u>	<u>10.000.000</u>	<u>(59.656.925)</u>	<u>393.075</u>
Subscrição do Adiantamento para futuro aumento de capital		10.000.000	(10.000.000)		
Resultado do exercício				8.970.997	8.970.997
Saldo em 31 de dezembro 2024	22	<u>60.050.000</u>	<u>-</u>	<u>(50.685.929)</u>	<u>9.364.071</u>
Resultado do exercício				9.203.544	9.203.544
Saldo em 31 de dezembro de 2025	22	<u>60.050.000</u>	<u>-</u>	<u>(41.482.386)</u>	<u>18.567.614</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		9.203.544	8.970.995
<i>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</i>			
Juros de debênture passivo	21	47.393.925	27.280.787
Juros de debênture ativo	9	(1.546.231)	(817.138)
Juros arrendamento	15	168.765	168.788
Provisões impostos diferidos	14	1.655.581	2.553.644
Provisão devedores duvidosos	8 e 5.1	11.798.712	6.966.185
Resultado FIDC	12	(28.340.320)	(30.225.929)
Depreciação	15/16	687.138	658.300
		41.021.114	15.555.630
Variação nos ativos operacionais:			
Direitos Creditórios a receber	8	(76.881.842)	(48.622.209)
Tributos a recuperar	10	(2.051.656)	938.864
Outros valores		1.691.905	(1.622.312)
Outros créditos		652	(103.515)
Variação nos passivos operacionais:			
Obrigações com fornecedores		42.601	(93.114)
Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	18	(438.872)	703.672
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	(1.112.639)	960.828
Outras obrigações	20	144.933	(220.219)
		(37.583.804)	(32.502.375)
Caixa proveniente/(usado) nas operações			
		(37.583.804)	(32.502.375)
Caixa líquido usado/aplicado nas atividades operacionais			
		(37.583.804)	(32.502.375)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	15	(476.739)	(46.220)
Baixa de imobilizado	15	-	53.000
Aquisição de fundo de investimento	12	-	(203.355)
Amortização de fundo de investimento	12	35.000.000	464.945
Aquisição de debêntures	9	(7.460.000)	-
Caixa líquido usado/aplicado nas atividades de investimentos			
		27.063.261	268.370
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Concessão de mútuo		(382.171)	(2.374.559)
Recebimento de mútuo		547.060	4.700.000
Ingresso de debêntures	21	10.505.041	54.725.000
Passivo de arrendamento	16	(78.927)	(438.311)
Pagamento de debêntures	21	(12.095.000)	(24.180.000)
Pagamento de juros debêntures	21	(3.017.035)	(4.196.130)
Recebimento de debêntures		-	766.689
Recebimento de Juros debêntures		-	28.234
Captação de empréstimos	17	14.000.003	-
		9.478.971	29.030.924
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos			
		9.478.971	29.030.924
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		(1.041.573)	(3.203.080)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício			
	7	11.549.957	14.753.037
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício			
	7	10.508.384	11.549.957
Variação líquida do caixa e equivalente de caixa			
		1.041.573	3.203.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S.A (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Doutor Prudente de Moraes, nº 345, pavimento superior, escritório 22, bairro Centro, na cidade de Tatuí, estado de São Paulo, CEP: 18.270-280, constituída em 26 de outubro de 2018 é uma sociedade de ações que tem como objeto social a securitização de créditos e ativos empresariais (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE nº 6492-1/00).

A Companhia observa a Lei nº 14.430, de 4 de agosto de 2022, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), no que se refere à emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Nos termos da Resolução CVM nº 60, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico (“SPE”), hipótese em que não é exigido registro como emissor perante a CVM.

Nesse contexto, as ofertas de títulos de securitização poderão ser realizadas com dispensa de registro, desde que observados os requisitos da Resolução CVM nº 160, na qual considera a emissão de títulos privados para investidores específicos e qualificados.

A Companhia atua antecipando recebíveis mediante a aquisição de créditos já existentes para empresas de pequeno e médio porte, fomentando o cenário econômico nacional, ajudando empresas a se fortalecer e expandirem seus negócios.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também foram adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela administração em 13 de maio de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Continuidade

A Administração não identificou eventos ou condições que possam indicar a existência de incerteza relevante quanto à continuidade operacional da Companhia nas demonstrações financeiras. Tal avaliação está fundamentada no plano de negócios projetado pela Companhia, o qual sustenta a expectativa de continuidade normal de suas operações no futuro previsível.

3 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Classificação dos ativos financeiros (consulte a Nota Explicativa 6.4)
- A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
- Ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 32): a expectativa de realização do ativo fiscal diferido está fundamentada na projeção de lucros tributáveis futuros e em outros estudos técnicos.

(ii) Mensuração do valor justo

Na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a administração utiliza informações observáveis de mercado tão logo estejam disponíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para ativo ou passivo, que não baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 8.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designado pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

6 Políticas e práticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para a Empresa nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

6.2 Direitos creditórios a receber

O saldo de direitos creditório a receber é demonstrado pelo custo amortizado. Substancialmente são títulos recebidos em contrapartida da antecipação financeira ao cedente. O saldo é avaliado periodicamente, ocorrendo renegociações quando acordado entre as partes. Os direitos creditórios são adquiridos com os recursos líquidos captados através da emissão de debentures.

6.3 Provisão para perdas esperadas

A Companhia avaliou que os direitos creditórios a receber, adquiridos pelos cedentes, não possuem componente de financiamento. Assim, foi implementada a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas esperadas, conforme disposto no CPC 48.

Para gerenciar os riscos associados à inadimplência, a Companhia estabelece faixas de risco que permitem um monitoramento eficaz dos créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para títulos que apresentarem inadimplência superior a um dia. Foram utilizados percentuais específicos para cada faixa, baseados na rolagem das operações e em um período de observação de 1 ano. Esses percentuais refletem a perda esperada, que é calculada considerando a probabilidade de inadimplência e a gravidade da perda em caso de default, permitindo uma avaliação mais precisa dos riscos e garantindo que a Companhia se prepare adequadamente para possíveis perdas.

No caso de títulos inadimplentes por mais de 181 dias, a Companhia registra uma conta redutora do ativo para contabilizar as baixas por inadimplência. Embora esses títulos permaneçam abertos analiticamente, a rubrica de direitos creditórios a receber é reduzido, refletindo o impacto dessa inadimplência no resultado financeiro.

A Administração entende que essa abordagem não apenas assegura a conformidade com as normas contábeis, mas também proporciona uma visão clara dos riscos envolvidos, permitindo à administração tomar decisões informadas sobre a gestão de créditos.

6.4 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo, mais ou menos, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos mensurados a Valor justo por meio do resultado (“VJR”), onde tais custos são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Um recebível sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida, ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo contra resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Montante pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado pelo valor de seu reconhecimento inicial, mais os juros acumulados com base no método da taxa efetiva de juros,

menos as amortizações de principal, menos qualquer redução (direta ou por meio de conta de retificação) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.
- Caixa e equivalentes de caixa são classificados na categoria a valor justo pelo resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Outras obrigações são classificados na categoria passivos financeiros ao custo amortizado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

6.5 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

6.6 Tributos a recuperar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

6.7 Debêntures

A Companhia realiza a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinada para distribuição privada, escrituradas por meio de instrumento particular e aprovado em assembleia geral. Os valores captados possuem vencimentos em longo prazo, tendo até o momento 10 emissões de debêntures, e sendo remuneradas conforme as taxas estabelecidas nos respectivos instrumentos contratuais.. As debêntures representam obrigações financeiras unilaterais da Companhia, cabendo exclusivamente a esta a responsabilidade pelo pagamento do principal e dos encargos financeiros nas condições e prazos pactuados. Os recursos obtidos pela Companhia serão utilizados para:

- O pagamento dos custos relacionados a aperfeiçoamento da presente emissão;
- Aquisição e transferência de direitos creditórios a serem adquiridos pela Companhia;
- Subscrição e integralização de debêntures emitidas por outras Companhias que tem por objeto a securitização de créditos;
- Pagamento das despesas ligadas a realização passiva e ativa dos direitos creditórios supramencionados;
- Pagamento dos tributos devidos pela emissora diretamente decorrentes da realização dos direitos creditórios.

6.8 Impostos e contribuições

A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tributou seus lucros com base no lucro real.

Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

(i) Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as sociedades de crédito imobiliário.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%

6.9 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2025 e 2024 não identificou ajustes a serem contabilizados.

6.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

O grupo de outros ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes de realização. O grupo de outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

6.11 Reconhecimento de receita

(i) Receita de juros

As receitas de juros são decorrentes da atualização dos direitos creditórios. Os direitos creditórios são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A receita de juros é apropriada ao resultado ao longo do prazo esperado das operações.

As despesas financeiras relacionadas às captações realizadas pela Companhia, incluindo debêntures e outros instrumentos financeiros emitidos, são reconhecidas separadamente no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(ii) Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Para validação do reconhecimento de receita, alinhado ao CPC 47, a Companhia condiciona primeiramente o reconhecimento da receita à existência de um contrato ou um acordo entre as partes, que deverão seguir algumas condições, uma vez que tal instrumento cria direitos e obrigações.

Caso haja um contrato a Companhia irá avaliar e identificar obrigações de desempenho nos contratos, que são quão obrigações contratuais na prestação de serviços.

Em seguida é determinado o preço da prestação de serviço, que deverá estar previsto no contrato, e que pode ser composto por outras variáveis como desconto por exemplo.

Após a determinação de preço do serviço prestado, a Companhia realiza a alocação do mesmo as diferentes obrigações de desempenho previstas no contrato.

Por fim após os passos acima elencados, a Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas e assim o serviço é prestado.

6.12 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Periodicamente, a Companhia avalia os itens do seu ativo imobilizado, realizando baixa dos itens obsoletos, danificados ou quando estes não geram mais benefício econômico futuro. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos nas rubricas de “Outras despesas” ou “Outras receitas” no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Companhia e que seus custos possam ser medidos de forma confiável. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, exceto pela conta de marcas e patentes que são adquiridas separadamente e são demonstradas pelo custo histórico e não são amortizadas ao longo do tempo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação são: equipamentos de telefonia, máquinas e equipamentos, aparelhos de refrigeração, instalações, sistemas de segurança e móveis e utensílios (10%) e computadores e periféricos (20%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (dez anos), a uma taxa anual de 10%. Os veículos são amortizados a uma taxa de 20% ao ano.

6.13 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Esta política é aplicada em suas demonstrações desde o início de sua exigibilidade.

Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início. Os contratos possuem vencimentos em 2024 e 2028 e para esse reconhecimento é necessário o registro desse ativo à valor presente aplicando taxa para financiamentos semelhantes, competitiva ao mercado. Baseado nessa premissa, a taxa de juros utilizada para mensuração ao valor presente foi de 18,30% ao ano, que é a taxa de empréstimo disponibilizada para a Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Em 2024 renovou-se os contratos de aluguéis e em linha com o CPC 06 reconheceu direitos de uso referentes a esses bens, devido a prazo de locação, bem como por possuir controle substancial do bem arrendado.

6.14 Imposto Diferido

A Companhia passou a constituir ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais, conforme CPC 32. Devido a seu regime tributário que é o lucro real e com base no plano de negócios da Companhia que prevê resultados positivos, a Companhia passou a registrar o ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL que serão compensados com impostos a recolher decorrentes dos lucros futuros. As alíquotas aplicadas são de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Em 2025 a Companhia começou a dar lucro fiscal, e com isso passou a utilizar o ativo fiscal constituído.

6.15 Novas políticas contábeis

A adoção antecipada de normas, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB:

(a) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração do fluxo de caixa operacionais pelo método indireto.

- (b) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- (c) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

A administração não espera que a adoção de novas normas, alterações e interpretações vigentes para os próximos exercícios impactem de forma material as suas demonstrações financeiras.

7 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de caixa e equivalentes de caixa está apresentado conforme a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1.396	292
Depósitos bancários à vista	5.807.199	6.939.906
Aplicações financeiras (i)	4.699.789	4.609.759
Total de caixa e equivalentes de caixa	10.508.384	11.549.957

- (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as aplicações financeiras estão representadas substancialmente por CDB, com remuneração pós fixada de 5% aplicados e Fundos de Investimentos junto aos bancos Bradesco e Itaú. Os respectivos vencimentos são em dezembro de 2026 para CDB e com liquidez imediata para Fundos de investimentos, podendo ser resgatada a qualquer momento sem penalidades.

8 Direitos creditórios a receber

O saldo de direitos creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados inicialmente a valor justo, ou seja, pelo custo amortizado sendo ajustados a valor presente pelo método de taxa efetiva de juros dos Direitos Creditórios a receber.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- (i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- (ii) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação. Atualmente todas as operações são classificadas como operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios.

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Direitos creditórios a receber	<u>259.434.465</u>	<u>180.508.697</u>
Provisão devedores duvidosos	<u>(3.854.578)</u>	<u>(1.598.523)</u>
Créditos considerados incobráveis (*)	<u>(46.045.628)</u>	<u>(36.502.971)</u>
(-) Juros a apropriar	<u>(13.135.909)</u>	<u>(11.091.982)</u>
Total de Direitos creditórios a receber	<u>196.398.350</u>	<u>131.315.221</u>

(*) Foram considerados como prováveis para serem incobráveis os títulos vencidos acima de 180 dias do seu vencimento, que passam a ser cobrados juridicamente.

Posição analítica de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Período em dias	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	169.538.399	135.707.390
Vencidos Até 30 dias	16.466.182	4.209.412
Vencidos 31 a 60 dias	16.346.800	690.380
Vencidos 61 a 90 dias	5.737.941	656.611
Vencidos 91 a 120 dias	1.763.564	642.711
Vencidos 121 a 150 dias	924.859	911.193
Vencidos 151 a 180 dias	2.454.954	1.188.029
Vencidos 181 a 360 dias	7.779.515	4.425.873
Vencidos Acima 361 dias	<u>38.422.251</u>	<u>32.077.098</u>
Total	<u>259.434.465</u>	<u>180.508.697</u>

A rubrica “Juros a apropriar” refere-se a saldo de receitas futuras a ser reconhecida no resultado nos próximos exercícios de acordo com o princípio contábil da competência, conforme nota 6.11

Descrição	2025	2024
Juros a apropriar	<u>13.135.909</u>	<u>11.091.982</u>
Total de juros a apropriar	<u>13.135.909</u>	<u>11.091.982</u>

Vencimentos	Valor	Valor
Receita Diferida até 30 dias	2.901.570	2.892.830
Receita Diferida de 31 até 60 dias	1.562.202	2.571.717
Receita Diferida de 61 até 90 dias	1.131.265	875.604
Receita Diferida de 91 até 120 dias	890.270	845.890
Receita Diferida de 121 até 150 dias	755.265	788.563
Receita Diferida de 151 até 180 dias	624.230	700.067
Receita Diferida de 181 até 360 dias	2.412.017	1.833.729
Receita Diferida acima de 361 dias	2.859.090	583.582
Total Geral	13.135.909	11.091.982

9 Debêntures a receber

A conta de debêntures, são valores aplicados em títulos privados, registrados a custo amortizado. Em 2025 a One7 Securitizadora começou a investir em Securitizadoras e Fundos, as debentures tem vencimento em 2030. Os saldos se apresentam da seguinte forma:

Não circulante	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	7.460.000	260.689
(-) Provisão para perdas	0	158.388
(+) Atualização	757.160	-
(-) Baixa	0	(419.077)
Total de debêntures	8.217.160	-

A Companhia não identificou necessidade de ajustes de recuperabilidade do ativo.

Não circulante – Intercompany	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures Intercompany Legacy (*)	15.259.309	14.470.238
Total de debêntures a receber	15.259.309	14.470.238
Total de debêntures a receber	23.476.469	14.470.238

(*) Em relação a debênture Legacy refere-se a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinada, em série única, para distribuição privada. A debênture foi emitida em 29 de outubro de 2020, possui carência de 31 meses para apuração de juros remuneratórios, e tem vencimento em 29 de outubro de 2028.

10 Tributos a recuperar

Em 2025 houve resgate de cotas FIDC e com isso houve um aumento de imposto de renda retido, parte foi recuperado em 2025 e o saldo será feito o pedido de per/dcomp após a entrega das obrigações acessórias. Em 2025 e 2024 finalizou conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	2.017.603	124
IRPJ	130.989	-
CSLL	87.540	26.775
PIS	21.097	60.623
COFINS	5.550	123.601
Total de impostos a recuperar	2.262.779	211.123

11 Outros créditos

A conta de outros créditos, é composta pelos seguintes saldos:

Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Valores a receber	37.305	154.311
Adiantamento a terceiros	9.665	51.339
Adiantamento a empregados	34.488	32.695
Despesas pagas antecipadamente	143.390	44.423
Contas de clientes a receber	199.842	174.797
Total de outros créditos circulantes	424.690	457.565
Não circulante	31/12/2024	31/12/2024
Depósito garantia	30.000	30.000
Contas de Clientes a Receber	-	166.637
Total de outros créditos não circulantes	30.000	196.637

12 Investimento

No início de 2024, a Companhia adquiriu cotas subordinadas juniores do Fundo de Investimento One7+ Créditos, investimento este totalmente amortizado no mesmo exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 3.050 cotas subordinadas do FIDC Multissetorial, fundo destinado à aquisição de recebíveis comerciais performados, como duplicatas e contratos de crédito, com foco na antecipação de recebíveis e geração de retorno por meio da gestão ativa da carteira.

A carteira do fundo é composta por recebíveis originados por diversos cedentes e devedores, buscando diversificação de risco e controle da inadimplência. A última demonstração financeira disponível do fundo tem data-base de 31/12/2025 e foi emitida em 30/03/2026.

Em dezembro de 2025 a cota FIDC fechou no valor de 27.451 (29.635 em 2024), sendo assim representada:

Total cota do FIDC em 31 de dezembro de 2023	60.421.732
Investimento	203.354
Rendimento	30.225.929
(-) Amortização fundo mais crédito	(464.945)
Total cota do FIDC em 31 de dezembro de 2024	90.386.071
Rendimento	28.340.391
(-) Amortização parcial FIDC	(35.000.000)
Total cota do FIDC em 31 de dezembro de 2025	83.726.391

13 Outros valores

A rubrica de outros valores é substancialmente composta por bens recebidos por dação em pagamento de direitos creditórios inadimplentes vide movimentação:

Não circulante:	31/12/2025	31/12/2024
Propriedades – Em andamento (*)	1.176.697	1.092.489

Propriedades – A venda (**)	-	1.776.110
Total de outros valores	1.176.697	2.868.599

- (*) Valor se refere a apartamentos em construção recebidos em pagamentos por direitos creditórios, conforme contrato, e que aguardam a conclusão das obras para serem vendidos.
- (**) Em outubro de 2024 foi adquirido um apartamento em dação de pagamento de direitos creditórios em atraso, o apartamento foi vendido em 2025.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais, conforme CPC 32. A Companhia passou a compensar o ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL que estão sendo compensados com impostos a recolher decorrentes dos lucros. As alíquotas aplicadas são de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Os saldos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão assim demonstrados:

Saldo de impostos diferidos 31/12/2023	
Imposto de renda e contribuição social	30.824.997
Lucro fiscal 2024	16.171.174
(-) Imposto de renda diferido (25%)	(1.877.679)
(-) Contribuição social diferida	(675.965)
Saldo de impostos diferidos em 31/12/2024	
Imposto de renda e contribuição social	28.271.354
Lucro fiscal 2025	16.231.420
(-) Imposto de renda diferido (25%)	(1.217.338)
(-) Contribuição social diferida	(438.242)
Saldo de impostos diferidos em 31/12/2025	
Imposto de renda e contribuição social	26.615.774

15 Imobilizado

		Custo			Depreciação/Amortização Acumulada			Líquido	
	% (*)	2024	Adições	2025	2024	Adições	2025	2024	2025
Móveis e utensílios	10%	294.074	2.925	296.999	(135.428)	(29.112)	(164.540)	158.646	132.459
Equipamentos de tecnologia	20%	415.272	12.174	427.446	(324.969)	(52.015)	(376.984)	90.303	50.462
Máquinas e equipamentos	10%	235.346	33.265	268.611	(130.938)	(25.726)	(156.674)	104.408	111.937
Instalações	10%	5.466	-	5.466	(1.849)	(370)	(2.219)	3.617	3.247
Benfeitorias imóveis terceiros		<u>2.034.647</u>	<u>6.000</u>	<u>2.040.647</u>	<u>(1.056.643)</u>	<u>(222.073)</u>	<u>(1.278.716)</u>	<u>978.004</u>	<u>761.931</u>
Total		2.984.805	54.364	3.039.169	(1.649.827)	(329.306)	(1.979.133)	1.334.978	1.060.036

		Custo			Depreciação/Amortização Acumulada			Líquido	
	% (*)	2023	Adições	2024	2023	Adições	2024	2023	2024
Móveis e utensílios	10%	282.687	11.387	294.074	(106.964)	(28.464)	(135.428)	175.723	158.646
Equipamentos de tecnologia	20%	415.272	-	415.272	(248.556)	(76.413)	(324.969)	166.716	90.303
Máquinas e equipamentos	10%	233.197	2.149	235.346	(107.396)	(23.542)	(130.938)	125.801	104.408
Instalações	10%	3.700	1,766	5.466	(1.480)	(369)	(1.849)	2.220	3.617
Veículos	20%	53.000	(53.000)	-	(30.034)	30.034	-	22.966	-
Benfeitorias imóveis terceiros		<u>2.034.647</u>	<u>-</u>	<u>2.034.647</u>	<u>(834.783)</u>	<u>(221.860)</u>	<u>(1.056.643)</u>	<u>1.199.864</u>	<u>978.004</u>
Total		3.022.503	(37.698)	2.984.805	(1.329.213)	(320.614)	(1.649.828)	1.693.290	1.334.978

16 Ativo de direitos de uso

A Companhia possui contratos de locação, que se enquadram nos casos previstos no CPC 06 – Arrendamento, desta forma passou a aplicar a referida norma em suas demonstrações financeiras no exercício de 31 de dezembro de 2025.

a. Ativo de direito de uso

A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - direito de uso	2024	Adições/Baixas	2025
Custo direito de uso (b)	1.600.140	422.374	2.022.514
Depreciação direito de uso	(744.318)	(357.832)	(1.102.150)
Saldo final	855.822	64.542	920.364

Ativo - direito de uso	2023	Adições/Baixas	2024
Custo direito de uso (b)	1.349.282	250.858	1.600.140
Depreciação direito de uso	(437.552)	(306.766)	(744.318)
Saldo final	911.730	(55.908)	855.822

b. Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos de arrendamento mercantil são demonstrados a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	2024	Adições/Baixas	2025
Adições ao custo pela renovação	1.600.140	422.374	2.022.514
(-) Pagamentos	(1.074.260)	(501.300)	(1.575.561)
Apropriação de juros (a)	470.700	168.765	639.465
Saldo final	996.580	89.839	1.086.418
Circulante	486.947	-	430.963
Não circulante	509.633	-	655.455

Passivo - arrendamento a pagar	2023	Adições/Baixas	2024
Adições ao custo pela renovação	1.349.282	250.858	1.600.140
(-) Pagamentos	(635.950)	(438.311)	(1.074.260)
Apropriação de juros (a)	301.912	168.788	470.700
Saldo final	1.015.244	(18.664)	996.580
Circulante	279.627	-	486.947
Não circulante	735.617	-	509.633

- (a) Juros são contabilizados no resultado na rubrica de “Despesas financeiras”; é utilizada taxa de desconto única, considerando a taxa média de captação de recursos da Companhia.
- (b) A rubrica é composta por dois imóveis locados, sendo um a matriz em Tatuí/SP com vencimento em outubro de 2028, e o outro em São Paulo/SP com vencimento em agosto de 2026.

17 Empréstimos

A Companhia possui contratos de conta garantida junto a instituições financeiras no limite de R\$ 17.000.000, destinados à disponibilização de capital de giro para suportar a condução normal de suas operações e necessidades operacionais.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bradesco (*)	14.000.003	-
Total empréstimos	14.000.003	-

(*) Em dezembro de 2025, a Companhia tomou parte deste limite, com taxa de CDI + 0,38% a.m., prazo de 120 dias, aditamento por renovação e os encargos são calculados mensalmente sobre o valor utilizado. Não há cláusulas de vencimento antecipado.

18 Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de obrigações tributárias estava assim apresentada:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	-	479.144
CSLL	154.045	175.220
IRRF	133.924	85.336
PIS	10.068	11.018
COFINS	61.954	69.150
Outras	40.778	19.773
Total obrigações tributárias	400.769	839.641

19 Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de obrigações trabalhistas estava assim apresentada:

Descrição	2025	2024
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	101.522	116.971
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	31.950	39.399
Provisão Férias	312.752	457.483
Provisão INSS Férias	85.982	122.073
Provisão FGTS Férias	29.053	36.423
Provisão Bônus	-	901.549
Total	561.259	1.673.898

20 Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de outras obrigações estava assim apresentada:

Descrição	2025	2024
Serviços prestados por terceiros	257.843	192.819
Provisão contingência	250.007	250.007
Provisão comissão PJ	-	742.705
Valores a repassar trustee (i)	-	166.637
Depósitos a identificar	-	10.124
Cartão de crédito a pagar	178.396	160.502
Aluguel a pagar	13.959	9.925
Contas diversas a pagar	403	1.057
Conta pendência de clientes a pagar	1.882.217	1.095.910
Total	2.582.825	2.629.686

21 Debêntures

Aos dez dias do mês de outubro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 8ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 110 (cento e dez) debêntures simples, no montante de R\$ 55.000.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), com valor nominal unitário de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de 13,89% a.a.

Aos três dias do mês de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 10ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.500 (mil e quinhentos) debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em setembro/2030 e remuneração de IPCA + 7,5%.

Aos dezoito dias do mês de janeiro de 2021, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 12ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.200 (um mil e duzentas) debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais) cada, com vencimento em junho/2028 e remuneração de 13,35% a.a.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 14ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.500 (mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 7.000.000 (sete milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em janeiro/2029 e remuneração de 125% CDI.

Aos dez dias do mês de maio de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 16ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 500 (mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em maio/2029 e remuneração de 115% CDI.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 17ª emissão privada de debêntures simples nove séries, sendo a 1ª Série com 38 debêntures, a 2ª Série com 38 debêntures, a 3ª Série com debêntures, a 4ª Série com 38 debêntures, a 5ª Série com 38 debêntures, a 6ª Série com 40 debêntures, a 7ª Série com 40 debêntures, a 8ª Série com 40 debêntures e a 9ª Série com 40 debêntures, totalizando 350 (trezentas e cinquenta) debêntures simples, no montante de R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 100.000 (cem mil reais) cada, com vencimento em dezembro/2028 e remuneração de CDI + 3,8%.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 18ª emissão privada de debêntures simples em duas séries, sendo a 1ª Série com 100.000 (cem mil) e a 2ª Série com 39.999 (trinta e nove mil novecentas e noventa e nove) debêntures simples, conversíveis em ações, no montante de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário da 1ª Série de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada e da 2ª Série de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, com vencimento em janeiro/2028 e remuneração de IPCA + 10%.

Aos catorze dias do mês de junho de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 19ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 500 (quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em junho/2028 e remuneração de 14,5% a.a.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2024, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 21ª emissão privada de debêntures simples, com garantia real, em cinco séries, sendo a 1ª Série com 1.000 (mil), a 2ª Série com 1.000 (mil), a 3ª Série com 1.000 (mil), a 4ª Série com 1.000 (mil) e a 5ª Série com 1.000 (mil) debêntures simples, no montante de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), com valor nominal unitário da 1ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 2ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 3ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 4ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada e da 5ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, com vencimento em janeiro/2027 para a 1ª Série, fevereiro/2027 para a 2ª Série, março/2027 para a 3ª Série, abril/2027 para a 4ª Série e maio/2027 para a 5ª Série e com remuneração de CDI +4%.

Aos trinta e um dias do mês de março de 2025, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 22ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 650 (seiscentos e cinquenta) debêntures simples, no montante de R\$ 6.500.000 (seiscentos milhões e quinhentos mil reais) com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada, com vencimento em dezembro/2028 e com remuneração de CDI + 3%.

As debêntures não possuem garantia, possuem cláusula de vencimento antecipado, e a Companhia declara que está adimplente com as cláusulas.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Debênture - Circulante	27.750.000	34.886.818
Juros sobre debênture – Circulante	16.569.412	12.204.261
Debêntures – Não circulante	172.631.271	168.551.271
Juros sobre debêntures – Não circulante	100.678.859	59.200.260
Total de debêntures	317.629.542	274.842.610

Abertura das debêntures

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures 8ª Emissão	55.000.000	55.000.000
Remuneração 8ª Emissão	70.238.559	51.005.786
Debêntures 10ª Emissão	5.020.000	6.020.000
Remuneração 10ª Emissão	2.978.688	2.588.060
Debêntures 12ª Emissão	6.375.000	8.375.000
Remuneração 12ª Emissão	2.928.474	2.634.640
Debêntures 14ª Emissão	15.480.000	13.880.000
Remuneração 14ª Emissão	7.485.382	4.287.743
Debêntures 16ª Emissão	600.000	140.000
Remuneração 16ª Emissão	89.887	28.646
Debêntures 17ª Emissão	27.400.000	27.400.000
Remuneração 17ª Emissão	16.522.364	9.616.201
Debêntures 18ª Emissão	35.096.271	35.096.271
Remuneração 18ª Emissão	4.073.779	-
Debêntures 19ª Emissão	5.060.000	6.060.000
Remuneração 19ª Emissão	1.697.367	1.243.445
Debênture 21ª Emissão	50.000.000	50.000.000
Remuneração 21ª Emissão	11.186.724	1.466.818
Debênture 22ª Emissão	350.000	-
Remuneração 22ª Emissão	47.047	-
Total de Títulos e valores mobiliários	317.629.542	274.842.610
Circulante	44.319.412	47.091.079
Não circulante	273.310.130	227.751.531

Movimentação das debêntures

Descrição	Valores
Saldo 31/12/2023	221.212.954
Resgate	(24.180.000)
Juros pagos	(4.196.130)
Captação de recursos	54.725.000
Despesas de juros	27.280.786
Saldo 31/12/2024	274.842.610
Resgate	(12.095.000)
Juros pagos	(3.017.035)
Captação de recursos	10.505.042
Despesas de juros	47.393.925

Saldo 31/12/2025

317.629.542

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa por entender que essa classificação está alinhada com o seu modelo de negócios.

22 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 60.050.000 (sessenta milhões e cinquenta mil reais), e em 2024, R\$ 60.050.000 (sessenta milhões e cinquenta mil reais).

A constituição fora de R\$ 50.000, sendo totalmente integralizado, perfazendo 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo composto inicialmente por dois acionistas pessoas físicas. Em 06 de dezembro de 2023 as ações foram transferidas para a One7 Holding S.A que passou a possuir 49.998 ações e a One7 Consultoria em Análise de crédito e Cobrança Ltda que passou a possuir 2 ações, via integralização de capital dos sócios.

Em 27 de janeiro de 2023, a controladora One7 Holding S/A realizou um aporte de 50.000.000 (cinquenta milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em meados de julho de 2024, houve a subscrição do Adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 10.000.000

b. Prejuízos acumulados

No exercício de 31 de dezembro de 2025, a Companhia auferiu o lucro no montante de R\$ 9.203.544 (R\$ 8.970.995 em 2024) de prejuízo, assim o montante o lucro do período foi absorvido pelos prejuízos acumulados, e o saldo no encerramento do exercício é de R\$ 41.482.385 (R\$ 50.595.539 em 2024).

23 Resultado líquido de juros

A Receita de juros é composta de receitas de securitização deduzidas os impostos e os descontos concedidos conforme destacado abaixo:

Receita financeira	31/12/2025	31/12/2024
Receita juros sobre securitização	49.940.796	30.732.957
Receita de juros ativos/mora	9.963.800	8.846.369
Outras receitas financeiras	5.715	1.560
Receita bruta de juros	59.910.311	39.580.886
Descontos concedidos	(505.547)	(1.455.784)
(-) PIS	(111.495)	(70.868)
(-) COFINS	(668.379)	(449.499)
Receita líquida de juros	58.624.890	37.604.735
Receita de tarifas de crédito	1.533.805	-
Despesas financeira		

Despesa de captação debêntures	(47.393.924)	(27.280.786)
Juros passivos	<u>(680.078)</u>	<u>(654.047)</u>
Despesa líquida de juros	(48.074.003)	(27.934.833)
Resultado líquido de juros	<u>12.084.692</u>	<u>9.669.902</u>

A receita de serviços refere-se basicamente à prestação de serviços de consultoria financeira e de crédito. No decorrer do exercício, houve uma mudança na característica da receita, passando a ser reconhecida como “receita de tarifa”.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços	1.678.134	1.959.181
(-) ISS	(83.908)	(97.960)
Receita líquida de prestação de serviço	<u>1.594.226</u>	<u>1.861.221</u>

24 Custo dos serviços prestados

A rubrica de custos é composta substancialmente pelos serviços prestados por terceiros no desenvolvimento do seu objeto social. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta custos dos serviços prestados apresentava o total de R\$ 3.341.236 e R\$ 3.257.631, respectivamente.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviço de consultoria	1.139.039	1.729.180
Prestação de serviço	2.202.197	1.528.451
Custo do Serviço Prestado	<u>3.341.236</u>	<u>3.257.631</u>

25 Resultado de aplicações financeiras

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	<u>2.231.916</u>	<u>1.437.420</u>
Juros de aplicações financeiras	2.175.666	1.365.852
Outras receitas	56.250	71.568

26 Resultado com investimento

O resultado com investimento é devido a atualização do valor da quota no Fundo de investimento em direitos creditórios multissetorial One7 LP, esse investimento está atrelado a cota subordinada e portanto é atualizado conforme resultado do Fundo.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com investimento	<u>28.340.320</u>	<u>30.225.929</u>
Resultado cota FIDC	<u>28.340.320</u>	<u>30.225.929</u>

Resultado com investimentos	28.340.320	30.225.929
------------------------------------	-------------------	-------------------

27 Despesas com pessoal

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as contas de despesas de pessoal estava assim apresentada

	31/12/2025	31/12/2024
Salários	(2.184.223)	(2.896.459)
Prêmios, bônus e gratificações	-	(901.548)
13º salários	(15.850)	(32.623)
Férias	(20.401)	(2.678)
INSS sobre salário	(573.744)	(754.846)
FGTS sobre salário	(157.577)	(255.549)
Assistência média e odontológica	(189.220)	(196.864)
Outras	(108.283)	(113.223)
Alimentação	(404.002)	(592.838)
Provisão férias	(243.896)	(378.078)
Provisão de encargos sobre férias	(73.457)	(125.526)
Provisão 13º salário	(151.553)	(237.285)
Provisão de encargos 13º	(72.965)	(85.391)
Total de despesas com pessoal	(4.195.171)	(6.572.908)

28 Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de despesas gerais e administrativas estava assim apresentada:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas		
Serviços prestados por terceiros (*)	(436.330)	(465.106)
Impostos, taxas e contribuições	(42.460)	(33.268)
Despesa com locação (**)	(195.047)	(130.078)
Seguros	(1.575.182)	(1.506.716)
Assessoria jurídica	(1.018.504)	(1.061.015)
Despesas de cobrança	(1.013.369)	(1.261.334)
Despesas de manutenção	(1.453.611)	(1.330.491)
Multas de Trânsito	-	(429)
Perdas Processuais	(134.599)	(16.202)
Despesas de IOF	(299.007)	(160.743)
Despesas com viagens	(757.973)	(701.642)
Comissão	(76.426)	(984.669)
Desconto por antecipação	(1.732.510)	(908.524)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.727.812)	(1.861.379)
Total de despesas gerais e administrativas	(10.462.830)	(10.421.596)

(*) A maior parte do montante refere-se a despesas com consultoria, despesas com intermediadores de negócios na captação de clientes e demais serviços profissionais prestados.

(**) Refere-se a contrato de locação do equipamentos de tecnologia, administrativos e veículos.

29 Outros resultados

O grupo de outros resultados é composto de resultados decorrentes de operações não ligadas ao objeto social da Companhia, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2025	31/12/2024
Outras Receitas	573.890	36.917
Reversão de despesas	-	36.917
Ganho na venda de ativo (*)	573.890	-
	-	-
Outras Despesas	(0)	(90.000)
Perda na alienação de bens do ativo	(0)	(90.000)
Outros Resultados	573.890	(53.083)

(*) Venda do apartamento adquirido em 2024 para abatimento de saldo devedor de cliente.

30 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia efetua o cálculo de seus impostos pelo regime de tributação no lucro real anual.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro real		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	14.451.624	15.349.378
Adições e exclusões temporárias		
(+) Provisão devedores duvidosos	2.256.054	383.070
(+) Direitos de Uso	25.296	33.337
(+) Provisão comissão	(702.662)	157.904
(+) Provisão contingências	-	239.343
(+) Provisão de auditoria	24.982	134.894
Adições e exclusões permanentes		
(+) Outras adições permanentes	176.126	(126.752)
Base tributária, antes da compensação dos prejuízos fiscais	16.231.420	16.171.174
(-) Compensação do prejuízo fiscal (30%)	(4.869.426)	(4.851.352)
Base tributária, após da compensação dos prejuízos fiscais	11.361.994	11.319.822
IRPJ 15%	(1.704.299)	(1.697.973)
PAT	68.172	-
IRPJ 15% após Redução de PAT	(1.636.127)	(1.697.973)
Base Adicional 10%	11.121.994	11.079.822
IRPJ 10%	(1.112.199)	(1.107.982)
CSLL 9%	(1.022.579)	(1.018.784)
Base de antecipações	(523.798)	-
IRPJ 25%	(130.950)	-
CSLL 9%	(47.456)	-
Total despesas com imposto de renda	(2.617.377)	(2.805.955)
Total despesas com contribuição social	(975.123)	(1.018.784)

31 Instrumentos financeiros

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou com derivativos e possuía instrumentos financeiros que consideram o caixa e equivalente de caixa.

a. Administração de risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia indexados Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Administração da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas.

A Administração da Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

Quanto às aplicações da Companhia, o principal indexador é o CDI.

b. Quadro de análise de sensibilidade

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados a indexadores, principalmente ao CDI.

No quadro abaixo são considerados três cenários para os próximos 12 meses, considerando as variações percentuais das taxas de juros. O cenário provável foi elaborado com base na expectativa de mercado da taxa média efetiva do CDI.

Em 31 de dezembro de 2025				Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)		
Operação	Risco	Saldo exposto em R\$	Índice CDI/IPCA	Cenário provável em R\$	Cenário I 10% (Impacto Líquido)	Cenário II 20% (Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	4.699.789	14,32%	673.010	740.311	807.612
Direito creditórios	IPCA	196.398.350	4,26%	8.366.570	9.203.227	10.039.884
Debêntures	IPCA	23.476.469	4,26%	1.000.098	1.100.107	1.200.117
Passivos Financeiros						
Empréstimo	CDI	14.000.003	14,32%	2.004.800	2.205.280	2.405.760
Debêntures	IPCA	317.629.542	4,26%	13.531.018	14.884.120	16.237.222
Efeito líquido no resultado		107.054.937		5.496.140	6.045.755	6.595.369
Em 31 de dezembro de 2024				Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)		
Operação	Risco	Saldo exposto em R\$	Índice CDI/IPCA	Cenário provável em R\$	Cenário I 10% (Impacto Líquido)	Cenário II 20% (Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	4.609.759	12,15%	560.086	616.094	672.103
Direito Creditórios	IPCA	131.315.220	4,83%	6.342.525	6.976.778	7.611.030
Debenturês	IPCA	14.470.238	4,83%	698.912	768.804	838.695
Passivos Financeiros						
Debêntures	IPCA	274.842.610	4,83%	13.274.898	14.602.388	15.929.878
Efeito líquido no resultado		124.447.573		5.673.375	6.240.712	6.808.050

c. Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro 2025				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	10.508.789	-	-	10.508.789
Direitos creditórios a receber	-	196.398.350	-	196.398.350
Mútuos partes relacionadas	-	8.143.169	-	8.143.169
Debêntures	-	23.476.469	-	23.476.469
Total ativos	10.508.789	228.017.988	-	238.526.777
Passivos				
Empréstimo	-	-	(14.000.003)	(14.000.003)
Debêntures	-	-	(274.842.610)	(274.842.610)
Total	10.508.789	228.017.988	(288.842.613)	(50.315.836)
	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro 2024				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	11.549.957	-	-	11.549.957
Direitos creditórios a receber	-	131.315.220	-	131.315.220
Mútuos partes relacionadas	-	8.308.057	-	8.308.057
Debêntures	-	14.470.238	-	14.470.238
Total ativos	11.549.957	154.093.515	-	165.643.472
Passivos				
Debêntures	-	-	(274.842.610)	(274.842.610)
Total passivos	-	-	(274.842.610)	(274.842.610)
Total	11.549.957	154.093.515	(274.842.610)	(109.199.138)

d. Risco de mercado

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. Esse risco é monitorado pela Administração por meio do acompanhamento contínuo das condições macroeconômicas e de mercado, incluindo a evolução das taxas de juros, índices de inflação, taxas de câmbio e demais indicadores econômicos que possam impactar os preços e a liquidez dos ativos da Companhia.

e. Política anti-inflacionária

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. Devido a isso a Companhia fez liquidações de debêntures mais onerosas bem como realinhado novos contratos de debêntures a fim de mitigar riscos e prejuízos relacionados a custo financeiro na captação de recursos e despesas financeiras.

f. Risco institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. O risco institucional é monitorado pela Administração por meio do acompanhamento contínuo de alterações na legislação, regulamentações aplicáveis e normas de autorregulação relacionadas às atividades da Companhia.

g. Risco fiscal

A questão da reforma tributária que pode vir a impactar, dependendo de como o texto vai seguir e quais alterações teremos. Esse risco é monitorado pela Administração por meio do

acompanhamento contínuo das discussões, alterações legislativas e regulamentações relacionadas à reforma tributária, com o suporte de assessores jurídicos e tributários especializados, visando avaliar potenciais impactos sobre as operações e a estrutura da Companhia.

h. Risco operacional

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. Esse risco é monitorado pela Administração por meio do acompanhamento contínuo das práticas internas de gestão, da revisão periódica dos processos organizacionais e da avaliação dos controles internos adotados pela Companhia.

i. Inadimplência dos direitos creditórios

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. A Companhia mitiga esse risco por meio da adoção de uma política rigorosa de cessão e análise de crédito, baseada em critérios internos de elegibilidade, avaliação da capacidade financeira dos devedores e acompanhamento contínuo da performance das carteiras adquiridas. O processo de análise é suportado por ferramentas tecnológicas, softwares especializados e informações fornecidas por empresas terceirizadas de análise de crédito, permitindo maior assertividade na avaliação do risco das operações.

Adicionalmente, a Companhia realiza monitoramento periódico dos indicadores de inadimplência e concentração de carteira, bem como acompanhamento constante das condições econômicas e da capacidade de pagamento dos devedores. Nos casos de renegociação, são efetuadas novas análises de crédito e revisões das condições pactuadas, sendo observado historicamente baixo índice de reincidência de inadimplência nas operações renegociadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.508.834	11.549.957
Direitos creditórios a receber	8	196.398.350	131.315.220
Debêntures a receber	9	23.476.469	14.470.238
Contas a receber de partes relacionadas	30.b	350.192	151.333
Contas a pagar de partes relacionadas		191.794	-
Mútuos partes relacionadas	30.a	8.143.169	8.308.057

j. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades dos passivos financeiros:

2025			
	Valor contábil	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores	73.070	-	-
Empréstimo	14.000.003	14.000.003	-
Debêntures	317.629.542	44.319.412	273.310.130
2024			
	Valor contábil	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores	30.469	-	-
Debêntures	274.842.610	47.091.079	227.751.531

32 Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se a rateio de despesas entre empresas do Grupo e contratos de mútuos a pagar e receber.

a. Mútuos entre partes relacionadas

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia realizou contratos de mútuo com partes relacionadas, todos sem onerosidade, os quais totalizam R\$ 8.143.169 (R\$ 8.308.057 em 2024) e possuem liquidação prevista para o exercício de 2026/2027.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de mútuo com partes relacionadas está assim apresentada:

	Tipo	31/12/2025	31/12/2024
One7 Holding S.A.	Controladora	362.200	178.758
Legacy	Ligada	838.949	1.222.949
One7 Consultoria	Ligada	5.924.934	5.924.934
One7 Holding Financeira	Ligada	-	112.104
Rapidoos Serviços	Ligada	662.430	596.187
One7 Pagamentos	Ligada	354.656	273.125
Total mútuos a receber		8.143.169	8.308.057
		31/12/2025	31/12/2024
Circulante		4.946.219	8.308.057
Não circulante		3.196.950	-
Total mútuos a receber		8.143.169	8.308.057

b. Contas a receber com partes relacionadas

Os saldos da conta de contas a receber com partes relacionadas envolve transações atreladas a contrato de rateio de despesas prevista em contrato assinado em 01 de julho de 2021, o contratos foram revisados em novembro de 2025 e tiveram novas redações com métricas definidas, ficando dois rateios, um relacionado a despesas administrativas e outro relacionado a custo operacional.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo de contas a receber com partes relacionadas estão assim apresentada:

	2025	2024
Contas a Receber One7 Consultoria – despesa administrativa	350.192	151.333
Total	350.192	151.133
	2025	2024
Contas a Pagar One7 Consultoria – custo operacional	191.794	-
Total	191.794	-

c. Remuneração do pessoal chave

Durante os exercícios de 2025 e 2024 não houve remuneração do pessoal da diretoria estatutária.

33 Contingências

Para o ano calendário de 2025 a Companhia tem em contingência 21 (vinte e um) processos da área cível classificados como “Possível”, valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 4.123.103 (em 2024 14 processos - R\$ 1.017.518). Classificado como “provável” tem 3 processos, apresentado conforme abaixo:

	2025	2024
Provisão de contingência cível	250.007	250.007
Total	250.007	250.007

34 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. Até o momento da autorização da emissão, não existe fato relevante a ser indicado nesse item.

Tatuí - SP, 13 de maio de 2026

* * *

João Paulo Boneder Fiuza
Diretor Presidente

Everaldo Moreira
Diretor sem designação específica

Celina Ferrarezi Moises
CRC/SP: 1SP142.405/O-4

DF Final - Sec 2025 pdf

Código do documento 050587f7-ad0b-46fc-9000-5ab3bb118b71



Assinaturas



João Paulo Boneder Fiuza
jpfuza@one7.com.vc
Assinou

João Paulo Boneder Fiuza



Everaldo Moreira
everaldo@one7.com.vc
Assinou

Everaldo Moreira



Celina Ferrarezi Moises
celina@santacruz.com.br
Assinou

Celina F. M.

Eventos do documento

14 May 2026, 15:52:29

Documento 050587f7-ad0b-46fc-9000-5ab3bb118b71 **criado** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2026-05-14T15:52:29-03:00

14 May 2026, 16:06:43

WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. **REMOVEU** o signatário **jpfuza@one7.com.vc** - DATE_ATOM: 2026-05-14T16:06:43-03:00

14 May 2026, 16:06:58

Assinaturas **iniciadas** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2026-05-14T16:06:58-03:00

14 May 2026, 16:38:04

CELINA FERRAREZI MOISES **Assinou** - Email: celina@santacruz.com.br - IP: 189.5.9.230 (bd0509e6.virtua.com.br porta: 54298) - **Geolocalização:** -23.347212 -47.847505 - Documento de identificação informado: 796.207.798-00 - DATE_ATOM: 2026-05-14T16:38:04-03:00

14 May 2026, 16:44:35

EVERALDO MOREIRA **Assinou** (743a92c3-41c6-4299-9558-034232fb09b9) - Email: everaldo@one7.com.vc - IP: 201.13.189.198 (201-13-189-198.dial-up.telesp.net.br porta: 30466) - Documento de identificação informado: 135.033.118-07 - DATE_ATOM: 2026-05-14T16:44:35-03:00

15 May 2026, 12:59:49

JOÃO PAULO BONEDER FIUZA **Assinou** - Email: jpfuza@one7.com.vc - IP: 201.13.189.198 (201-13-189-198.dial-up.telesp.net.br porta: 36990) - **Geolocalização: -23.349284944955205 -47.84924866065473** - Documento de identificação informado: 263.142.358-55 - DATE_ATOM: 2026-05-15T12:59:49-03:00

Hash do documento original

(SHA256):60809cb1d53f31b230d72c51ebd9e62823531af2c7c22b57ce005b4bf4de906d

(SHA512):b8859a5cd91bdb73fe40708a6bd61e75539b1c12b90413ac706d1ce5045c580046da03dc01319542ad200f3ccb46797f8a2abe67d9b212a5aa0ff298eeaf5836

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign****Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.